

Latino-americana e vulnerável

ALEXANDRA OZORIO DE ALMEIDA — diretora de redação

A imigração mudou de cara no Brasil. O fluxo decrescente que se verificava desde 1960, em que predominava a entrada de europeus, inverteu-se neste século. De 2010 a 2022, o número de imigrantes cresceu 70%, e os latino-americanos passaram a ser o contingente maior. De acordo com dados do Censo mais recente, estrangeiros e naturalizados residentes no país somavam 1 milhão de pessoas, o que representa pouco menos de 0,5% da população total.

Outra nova característica é o aumento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado: foram 454 mil pedidos entre 2015 e 2024, dos quais 33% foram concedidos. Enquanto no Norte global é comum reter esses solicitantes em centros de detenção, o Brasil concede o direito de circular em seu território durante a análise, que leva até dois anos. Documentação provisória permite ao solicitante trabalhar com carteira assinada, acessar o SUS e matricular crianças na escola.

A legislação acolhedora não resolve, entretanto, a situação de extrema vulnerabilidade em que vive quase a metade desses imigrantes. Christina Queiroz, editora assistente de Humanidades, leu artigos e analisou dados, entrevistando pesquisadores e pessoas atuantes nos movimentos sociais e centros de acolhimento. Com imagens do fotógrafo Léo Ramos Chaves, o resultado é a reportagem de capa desta edição (*página 12*), para mim um tema de interesse e familiar, como filha de imigrante e irmã de emigrante.

Promulgada em 1997, a Lei nº 9.474 implementou no país a Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951. Naquele ano, em plena Guerra Fria, desembarcava no Brasil o físico norte-americano David Bohm, que teria sido um forte candidato a esse *status*,

concedido a cidadãos de outros países que sofrem perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opções políticas, além de grave e generalizada violação de direitos humanos. Aluno de Oppenheimer e colega de Einstein na Universidade de Princeton, foi perseguido pelo macartismo por seus vínculos com o Partido Comunista (*página 90*). Logo após desembarcar em São Paulo para assumir uma cátedra na USP, Bohm teve seu passaporte apreendido pelo consulado dos Estados Unidos e só pôde sair do país em 1954, após obter cidadania brasileira.

Fui aluna de Maria Hermínia Tavares de Almeida no curso de ciências sociais. Um dia, ela contou que se identificava com o historiador norte-americano John Gaddis, especialista em Guerra Fria. Professor em Yale, Gaddis escrevera que precisava se lembrar constantemente que, para seus alunos, aquele período histórico era tão distante quanto a Guerra do Peloponeso, no século V antes da era Cristã. Talvez seja hora de me apresentar, ela arrematou. Passaram-se muitos anos e a cientista política segue em atividade, como mostra a entrevista concedida à nossa editora de Humanidades, Ana Paula Orlandi (*página 22*).

Você já ouviu falar em rios canibais? Para fechar, uma reportagem que ilustra como a ciência pode ser interessante. No processo de captura fluvial, rios agressores incorporam rios vítimas em lenta progressão, levando ao encolhimento ou desaparecimento dos canibalizados. Os resultados não são apenas curiosos: mudanças nos leitos dos rios podem ter repercussões políticas, como redefinição de divisas, e econômicas, ao afetar a irrigação do solo e a vegetação, com consequências para a ocupação humana. O editor de Ciências da Terra, Carlos Fioravanti, conta essa história na página 44.